

FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.



RELATÓRIO & CONTAS

2024/2025



**Futebol Clube
Famalicão**

FUTEBOL SAD

FUTEBOL CLUBE DE FAMALIÇÃO - FUTEBOL S.A.D.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÉPOCA 2024/2025

Relatório de Gestão

Época desportiva 2024/2025

Introdução e Transformação da Sociedade

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 10/2013 de 25 de janeiro, que estabeleceu o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais, que nos termos do artigo 30º são definidas como as que são organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), deixou de ser possível participar na 1ª e 2ª Liga de futebol profissional com base no regime especial de gestão, até então autorizado aos clubes que optaram por manter o seu estatuto de pessoa coletiva sem fins lucrativos.

Nesta medida e para efeitos de poder inscrever-se na 2ª liga de futebol na época de 2015/2016, o Futebol Clube de Famalicão constituiu a sociedade desportiva com a denominação social de Futebol Clube de Famalicão - Futebol SDUQ, Lda., da qual era então sócio único. Assim, por imposição da referida legislação a Futebol Clube de Famalicão - Futebol SDUQ, Lda., assumiu todo o futebol profissional.

Em 04/06/2018 é transformada em Futebol Clube de Famalicão – Futebol S.A.D. e em 28/06/2018, o Futebol Clube de Famalicão vende 51% do capital da Futebol Clube de Famalicão – Futebol S.A.D. à Quantum Pacific Management Limited (QPML).

No dia 6 de junho de 2019, o capital social da sociedade aumentou para €1.000.000, o qual foi integralmente subscrito e realizado à data, passando a QPML a deter 57,8%.

Em 31/07/2019, o Futebol Clube de Famalicão vende mais 27,2% do capital da Futebol Clube de Famalicão – Futebol S.A.D. à QPML, tornando-se esta detentora de 85% do capital social.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 30 de junho de 2025. Este é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Enquadramento Económico

A nível Internacional

O ano de 2024 foi marcado por uma conjuntura desafiante para a economia global. Apesar de alguns sinais de resiliência, a persistência de fatores estruturais como a inflação elevada, os conflitos geopolíticos e a pressão sobre os custos de financiamento mantiveram as perspetivas de crescimento limitadas e desiguais entre regiões.

A inflação permaneceu acima dos níveis desejáveis em grande parte das economias, sobretudo nos países ocidentais, refletindo a pressão continuada dos preços da energia, da alimentação e das matérias-primas. Esta realidade levou os principais bancos centrais a manter políticas monetárias restritivas, num equilíbrio delicado entre controlar os preços e não sufocar o crescimento. Ainda que algumas economias tenham iniciado ciclos de descida das taxas diretas, os níveis de juro permaneceram historicamente elevados em muitos países, com impacto direto sobre a dívida pública, as empresas e os consumidores.

Do ponto de vista geopolítico, 2024 não trouxe alívio. A guerra na Ucrânia prosseguiu, o conflito no Médio Oriente ganhou intensidade e as tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China mantiveram-se. Este contexto, aliado ao reforço de políticas protecionistas, agravou a instabilidade nas cadeias globais de abastecimento, com tarifas, sanções e restrições a pesarem sobre o comércio internacional.

O crescimento económico global registou nova desaceleração. Segundo previsões de várias instituições internacionais, o ritmo de expansão para 2024 aproximou-se dos 2,7%, e as projeções para 2025 apontam para valores ainda mais contidos, na ordem dos 2,3% a 3,0%. Esta desaceleração não foi homogénea: enquanto algumas economias desenvolvidas conseguiram amortecer o impacto graças a mercados internos robustos, diversos países emergentes, dependentes de exportações e commodities, sofreram quebras significativas.

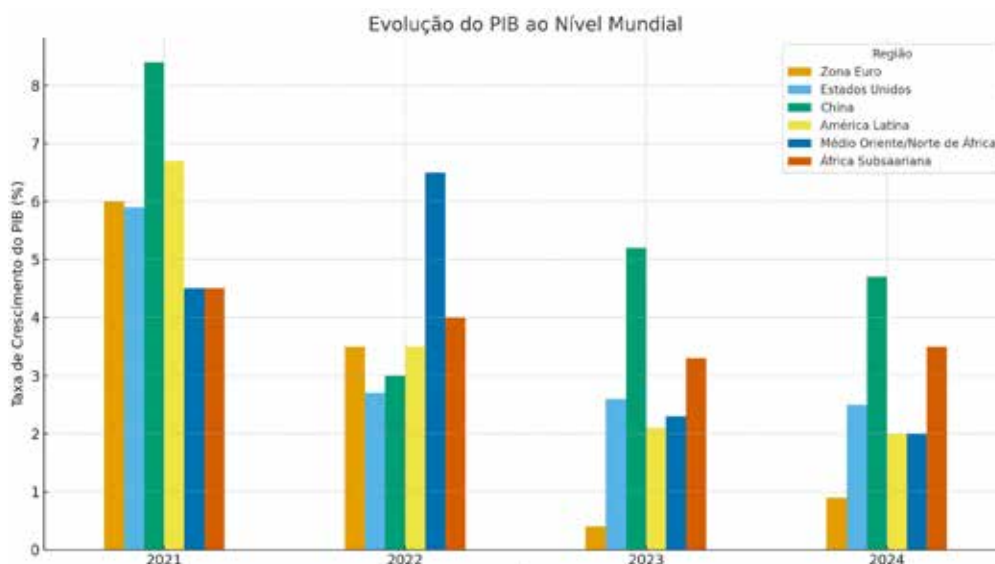
Outro fator determinante foi a crise energética, agravada pela instabilidade geopolítica e pelas incertezas na transição para fontes renováveis. A insegurança no fornecimento e os elevados preços da energia continuaram a pressionar os custos de produção. Acrescem ainda os efeitos de fenómenos climáticos extremos e desastres naturais, que afetaram colheitas, infraestruturas e cadeias logísticas, contribuindo para maior volatilidade nos preços e menor previsibilidade económica.

Em termos políticos e macroeconómicos, 2024 ficou marcado por mudanças significativas. Eleições cruciais, como as presidenciais nos Estados Unidos, trouxeram incerteza adicional aos mercados. A resposta de muitos governos oscilou entre a necessidade de consolidar as finanças públicas e a pressão social para manter apoios. O fim dos estímulos excecionais concedidos durante a pandemia foi dando lugar a políticas fiscais mais restritivas, gerando tensões na gestão orçamental.

Por último, os riscos associados ao endividamento ganharam maior expressão. Em várias economias emergentes, os custos elevados de financiamento colocaram limites severos à capacidade de investimento público e privado. Os mercados financeiros registaram volatilidade acentuada e prémios de risco mais elevados, espelhando a incerteza global e a crescente sensibilidade a choques externos.

Assim, 2024 ficou caracterizado por um ambiente internacional onde as dificuldades foram mais evidentes do que os sinais de recuperação. Apesar de não se ter materializado uma crise global de grande escala, os fundamentos revelaram-se frágeis e a necessidade de cautela, coordenação internacional e políticas equilibradas continua a ser central para os próximos anos.

Da desaceleração de 2022 ainda não se notam sinais de recuperação, essencialmente pelos motivos acima elencados.



Como se constata no gráfico acima, a evolução do PIB mundial entre 2021 e 2024 mostra contrastes marcantes entre regiões. A China lidera em 2021, com crescimento superior a 8%, mas desacelera nos anos seguintes, embora mantendo níveis robustos. A Zona Euro e os Estados Unidos registam forte recuperação pós-pandemia em 2021, seguida

de desaceleração, com a Europa mais vulnerável em 2023-2024. A América Latina evidencia um ciclo curto de expansão, arrefecendo rapidamente. Já o Médio Oriente/Norte de África apresenta flutuações ligadas aos preços do petróleo. A África Subsaariana mantém crescimento moderado e estável, revelando resiliência apesar das adversidades globais.

A nível nacional

Em 2024, a economia portuguesa registou um crescimento moderado, situando-se em 1,9% do PIB real, de acordo com a estimativa divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no início de 2025. Este resultado confirma a tendência de desaceleração relativamente a 2022 e 2023, ainda que o quarto trimestre tenha mostrado um ligeiro reforço da atividade. O desempenho global do ano foi sustentado, sobretudo, pela procura interna, em particular pelo consumo privado e pelo investimento público, com especial relevância para os fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O investimento público desempenhou um papel determinante. O Banco de Portugal já tinha antecipado que, em 2024, a economia beneficiaria da aceleração da execução do PRR, com efeitos diretos em áreas como infraestruturas, inovação, digitalização e transição energética. O investimento privado, por sua vez, mostrou-se mais contido, refletindo um ambiente de custos de financiamento elevados, decorrentes da política monetária restritiva conduzida pelo Banco Central Europeu (BCE).

No plano dos preços, a inflação desacelerou de forma significativa. A taxa média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 2,4% em 2024, bastante inferior aos 4,3% registados em 2023. Em termos do índice harmonizado (HICP), a taxa foi de 2,7%, ainda ligeiramente acima da meta de médio prazo do BCE, mas em linha com a tendência de normalização observada no espaço europeu. Para 2025, as projeções apontam para uma nova redução, aproximando a inflação do objetivo de estabilidade definido pela política monetária.

Apesar deste abrandamento, subsistiram pressões de custos relacionadas com a energia, matérias-primas e logística internacional. Em paralelo, a nível interno, registaram-se aumentos salariais e pressões associadas ao setor da habitação, fatores que contribuíram para manter alguns riscos inflacionistas residuais. Ainda assim, a combinação entre a moderação dos preços e a evolução salarial favorável traduziu-se num aumento do rendimento disponível real das famílias.

O mercado de trabalho manteve-se estável e resiliente. O emprego continuou a aumentar, enquanto a taxa de desemprego se fixou em 6,4%, praticamente em linha com o valor de 2023. Este desempenho reflete não apenas a robustez da procura de trabalho, mas também a expansão da população ativa, em parte sustentada pelos fluxos migratórios. Globalmente, o mercado de trabalho português apresentou condições de estabilidade, contribuindo para a sustentação da procura interna.

Do ponto de vista orçamental, o Estado português adotou uma política fiscal de carácter mais expansionista. Em 2024, verificou-se um reforço da despesa pública, em particular ao nível das transferências sociais, dos salários da Administração Pública e da atualização das pensões. Apesar deste aumento da despesa, as contas nacionais mantiveram um saldo positivo, equivalente a 0,7% do PIB, inferior aos 1,2% registados em 2023. Em termos de contabilidade pública (cash), o excedente reduziu-se de forma expressiva, situando-se em 354 milhões de euros, uma diminuição próxima de 95% face ao ano anterior.

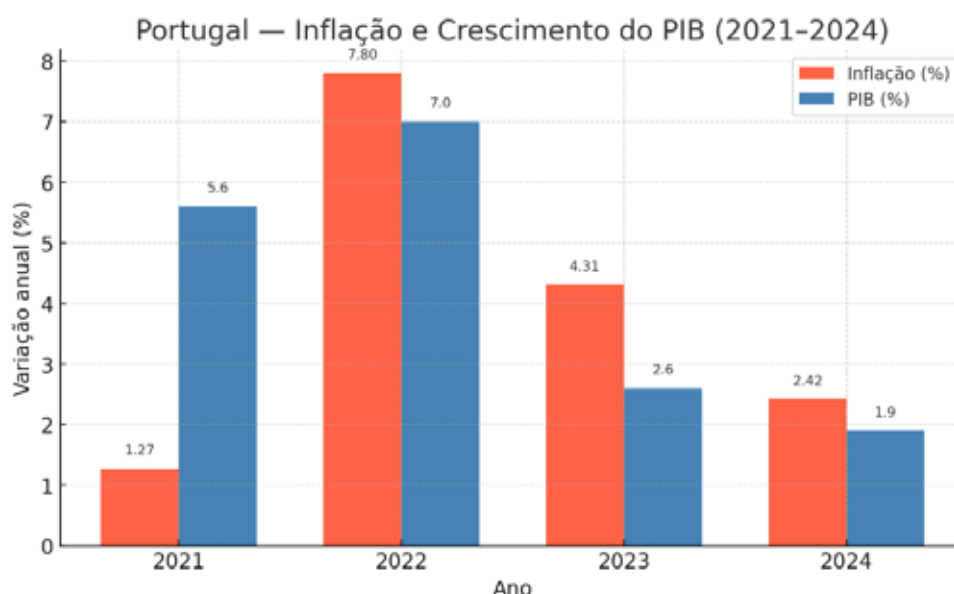
A dívida pública prosseguiu a trajetória descendente, representando cerca de 95% do PIB em 2024, após os 99,1% registados em 2023. Esta evolução positiva resultou tanto da manutenção de saldos orçamentais excedentários como da relação favorável entre crescimento económico e encargos com juros. As previsões da Comissão Europeia sugerem que esta tendência de redução deverá prosseguir em 2025 e 2026, consolidando a melhoria da sustentabilidade das finanças públicas.

No setor externo, 2024 foi marcado por um desempenho mais frágil das exportações. A desaceleração das economias europeias, principais parceiras comerciais de Portugal, limitou o crescimento das vendas externas. Paralelamente, as importações registaram um aumento no final do ano, em consequência da recuperação parcial do consumo interno e da volatilidade dos preços da energia. Esta evolução voltou a evidenciar a elevada dependência da economia portuguesa em relação às condições internacionais, tanto ao nível da procura como dos custos energéticos.

Em contrapartida, o setor do turismo manteve-se como um dos motores fundamentais da economia nacional. O ano de 2024 fixou novos máximos de visitantes estrangeiros e de dormidas, com impacto direto no crescimento do PIB e na criação de emprego. O turismo consolidou-se como um elemento central da procura interna e da balança de serviços, reforçando a sua relevância estrutural na economia portuguesa.

No que respeita às empresas, a conjuntura caracterizou-se por uma pressão crescente sobre os custos de produção, resultante do aumento dos salários, dos preços da energia e dos encargos financeiros. Embora alguns setores tenham conseguido repercutir estes custos nos preços finais, outros viram as suas margens comprimidas. O setor público empresarial manteve níveis de rentabilidade relativamente estáveis, ainda que o ambiente económico tenha imposto desafios adicionais à gestão de recursos.

Por fim, a política monetária da área do euro manteve-se como fator determinante para as condições de financiamento. Apesar de se ter iniciado um ciclo de estabilização e expectativa de futura descida das taxas de juro, em 2024 ainda se sentiram os efeitos do período de forte subida das taxas diretores. Tal realidade limitou o investimento privado e aumentou os custos do crédito para famílias e empresas, constituindo um dos principais constrangimentos à dinâmica da economia portuguesa.



O gráfico ilustra de forma clara a trajetória recente da economia portuguesa, onde se observa, após os constrangimentos profundos impostos pelo contexto pandémico de 2020, uma recuperação pujante em 2021 e, sobretudo, um crescimento extraordinário em 2022, reflexo não apenas do efeito de base — isto é, da comparação com anos de forte retração — mas também da retoma da confiança, do regresso do turismo e da injeção de apoios públicos e comunitários. Contudo, esse vigoroso impulso cedo revelou os seus limites: a partir de 2023, os sinais de arrefecimento tornaram-se evidentes, com a taxa de crescimento do PIB a reduzir-se de forma significativa, aproximando-se de níveis historicamente mais modestos. Ao mesmo tempo, a inflação, que disparara em 2022 em sintonia com a crise energética e a instabilidade geopolítica, conheceu uma trajetória de contenção em 2023 e 2024, denotando a eficácia de políticas monetárias restritivas e a normalização gradual dos mercados internacionais. O contraste entre a desaceleração económica e o abrandamento inflacionário compõe, assim, um retrato clássico dos ciclos de ajustamento: a exuberância inicial da recuperação cede terreno a uma fase de maturação mais moderada, que impõe desafios tanto à política económica como à gestão das expectativas sociais.

Em síntese, 2024 foi um ano de crescimento moderado e de consolidação de equilíbrios macroeconómicos. O PIB aumentou 1,9%, a inflação reduziu-se para 2,4%, o emprego manteve-se estável e a dívida pública prosseguiu a trajetória descendente. O crescimento foi assegurado pela procura interna, pelo investimento público associado ao PRR e pelo setor do turismo, enquanto as exportações evidenciaram fragilidades ligadas ao contexto internacional. A política orçamental expansionista e a evolução favorável da dívida pública reforçaram a credibilidade da economia portuguesa, embora persistam desafios estruturais relacionados com os custos de produção, a dependência externa e o impacto das condições financeiras internacionais.

Análise Económico-Financeira

Enquadramento

A temporada 2024/25 reforçou definitivamente a ideia que o Futebol Clube de Famalicão já não é “apenas mais um” na I Liga, mas sim um clube com ambição, estrutura e identidade próprios na parte superior da tabela. Embora não tenha conseguido atingir um patamar que garantisse acesso às competições europeias - objetivo frequentemente equacionado pela massa adepta - a campanha revelou-se sólida, digna e com claros sinais de estabilidade do clube no principal campeonato do futebol português.

O início de temporada foi auspicioso, com a equipa a lograr obter o melhor arranque de sempre do clube na I Liga. Três vitórias nas três jornadas inaugurais suscitaram expectativas ambiciosas, mas a este começo seguiu-se uma fase difícil, que viria a ter impacto em termos desportivos. Em dezembro procedeu-se a uma troca no comando técnico e essa mudança originou um processo de adaptação a um novo contexto, que viria a provocar oscilações em termos de resultados.

Ultrapassada esta fase de introdução de novos conceitos por parte da equipa técnica, a equipa soltou-se e conseguiu atingir um elevado nível de qualidade de jogo. A maior consequência seria o regresso dos resultados positivos, com a equipa a conseguir inclusivamente igualar registos históricos do clube na I Liga. A equipa estabilizou e encarou a reta final do campeonato com o conforto de estar perfeitamente cimentado na parte superior da tabela classificativa.

A sexta presença consecutiva do clube no campeonato culminou no 7.º lugar, o segundo melhor registo classificativo de sempre. A equipa voltou a deixar uma marca impactante em termos de qualidade de jogo, voltando a merecer rasgados elogios por parte da opinião pública especializada. A intromissão na luta pelos lugares europeus chegou a ser considerada pelos especialistas, algo que pode ser visto como mais um sinal do valioso futebol apresentado pela equipa famalicense.

A qualidade coletiva traduziu-se, inevitavelmente, na valorização individual dos jogadores. Segundo avaliações independentes de mercado, o plantel famalicense ascendeu aos cinco mais bem cotados da Primeira Liga neste parâmetro. O clube voltou a potenciar o talento individual de jovens atletas e reforçar uma tónica dominante nas últimas épocas em termos de política desportiva a nível nacional e internacional.

Esta marca qualitativa viria a ser reforçada além-fronteiras no final da temporada, com a disputa do Campeonato da Europa de sub-21. O Futebol Clube de Famalicão foi o

segundo clube com mais jogadores convocados para a competição (6 atletas), permitindo atestar o valor dos jovens que integraram a equipa ao longo da temporada.

Os nossos representantes exibiram-se a um plano elevado nesta prestigiada montra, sendo disso exemplo o facto de Gustavo Sá se ter cotado como o jogador com mais assistências na prova.

Relativamente a saídas, o clube voltou a demonstrar maturidade no mercado e, sobretudo, vincar uma posição de referência. As vendas de Jhonder Cádiz (para o Club León, México), Luiz Júnior (Villarreal, Espanha), Francisco Moura (FC Porto) e Zaydou Youssouf (Al-Fateh, Arábia Saudita) confirmaram que o Futebol Clube de Famalicão continua a ser um emblema com inequívoca aptidão para descobrir jogadores talentosos e, posteriormente, transferi-los para clubes de outros patamares competitivos. Uma tendência que tem permitido obter retorno financeiro, mas sobretudo ampliar a reputação.

Não obstante estas saídas, a SAD mostrou-se atenta e revelou capacidade para preservar qualidade no plantel. A ambição manteve-se como premissa no clube, mesclando a continuidade de jogadores nucleares com a contratação de mais atletas jovens com reconhecido valor.

Além das valias desportivas, o lado institucional e estrutural continuou a merecer atenção. A manutenção de uma boa organização interna, os investimentos certos, o controle de finanças e a estabilidade nos recursos humanos (jogadores, equipa técnica, staff) foram pilares que permitiram que a equipa pudesse projetar-se sem sobressaltos.



A comunicação com os adeptos e a presença nos média foram crescendo de forma natural e consistente. A paixão dos adeptos mantém-se como um dos ativos mais visíveis, com o Futebol Clube de Famalicão a ser o quarto clube com maior taxa de ocupação na temporada 2024/25.

Em termos desportivo, a SAD voltou a dedicar enorme atenção à qualidade das condições disponibilizadas a todo o grupo de trabalho. O relvado do Estádio Municipal de Famalicão voltou a evidenciar-se, sendo distinguido como o quarto melhor da I Liga Portuguesa. Um fator determinante, de resto, para a tão ambicionada qualidade de jogo que o clube tem preconizado ao longo das últimas temporadas.

Em suma, a época 2024/25 terminou com um saldo positivo, na medida em que o clube encara o futuro com otimismo. A estabilidade mantém-se como ponto de ordem, com o projeto da SAD a consolidar-se em termos institucionais e financeiros.

Em termos desportivo, a SAD voltou a dedicar enorme atenção à qualidade das condições disponibilizadas a todo o grupo de trabalho. O relvado do Estádio Municipal de Famalicão voltou a evidenciar-se, sendo distinguido como o quarto melhor da I Liga Portuguesa. Um fator determinante, de resto, para a tão ambicionada qualidade de jogo que o clube tem preconizado ao longo das últimas temporadas.

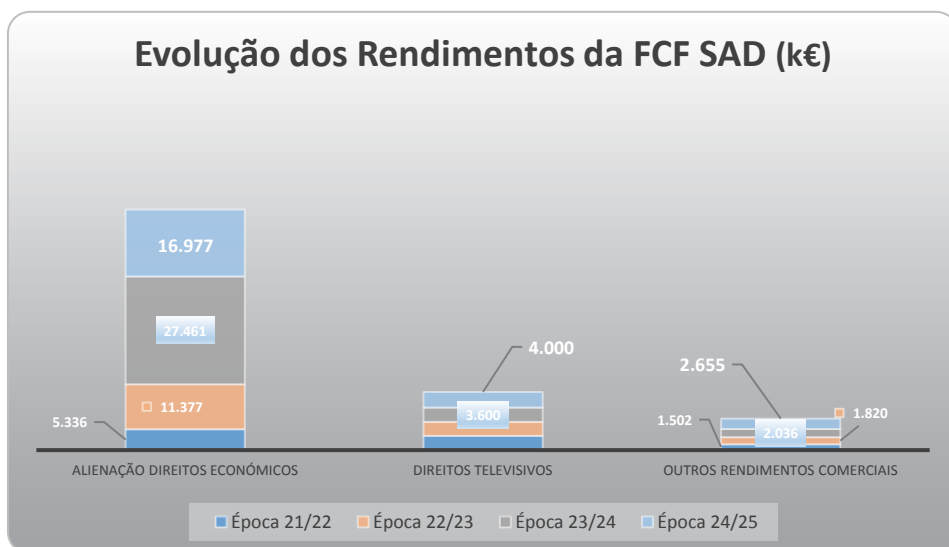
Em suma, a época 2024/25 terminou com um saldo positivo, na medida em que o clube encara o futuro com otimismo. A estabilidade mantém-se como ponto de ordem, com o projeto da SAD a consolidar-se em termos institucionais e financeiros.



Rendimentos

Os rendimentos da Futebol Clube de Famalicão, SAD, na época desportiva em análise, caíram em cerca de a 9,4 milhões de euros muito por força da descida dos rendimentos provenientes da alienação dos direitos económicos.

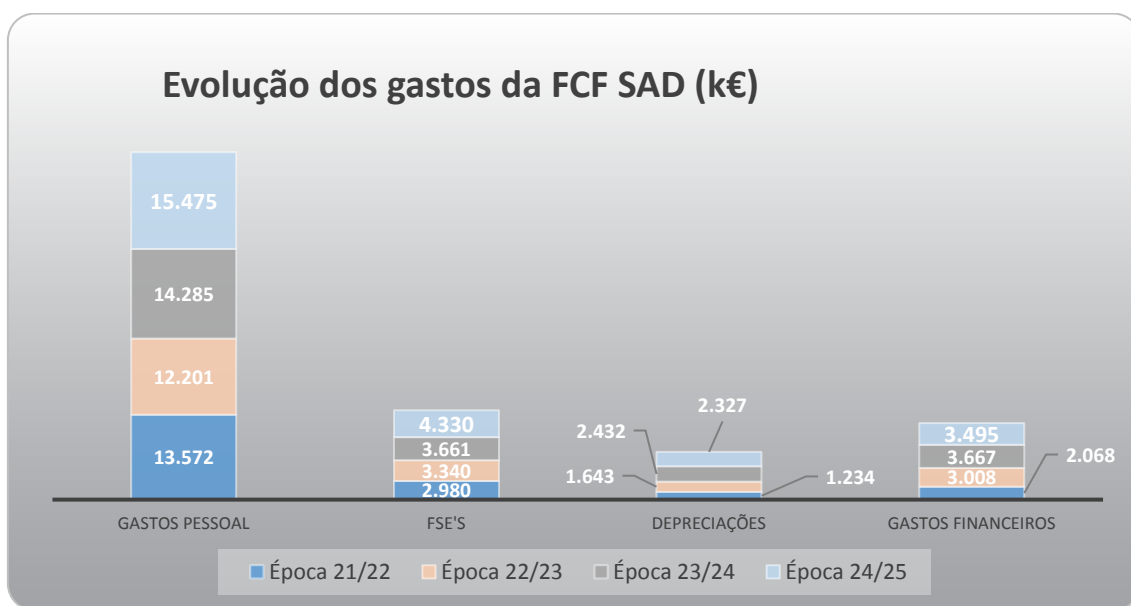
As mais valias contabilísticas que resultaram da alienação dos passes dos jogadores Luiz Junior para o Villarreal de Espanha (8 Milhões de Euros) , Zaydou Youssouf para os Sauditas do Al Fateh (3,8 M Euros) Francisco Moura para o FC Porto (1,9 M Euros) e Jhoander Cádiz para o Leon do México (1,3 M Euros) não lograram alcançar as vendas da época anterior de Dylan Batubinsika para o AS Saint-Étienne, do defesa Alexandre Penetra para o AZ Alkmaar, do médio ofensivo espanhol Iván Jaime bem como o defesa central brasileiro Otávio Ataíde para o FC Porto e do extremo internacional panamiano Puma Rodríguez para o Estrela Vermelha. A menor realização de mais valias enquadrrou-se numa estratégia de não limitar a qualidade do plantel de modo que na época seguinte se obtenha melhores condições para abordar o objetivo de alcançar um lugar nas competições europeias de modo a projetar internacionalmente a marca e valorizar de forma mais vencedora o plantel.



As demais receitas, verificaram um crescimento de 2 milhões de Euros das quais se destaca o incremento em 400 mil euros do contrato de Direitos televisivos os quais manter-se-ão fixos neste montante até à época 2027-2028.

Gastos

No que respeita aos gastos, destacaram-se os relacionados com o pessoal num crescimento de cerca de 8% face ao ano anterior resultado do reforço da equipa. Este incremento nesta classe de despesas prende-se com a renovação de jogadores com os quais o FC Famalicão espera obter rendimento desportivo e consequente obtenção de receita por alienação de direitos económicos, estratégia alinhada com o modelo de operação do negócio baseado no recrutamento criterioso, valorização, alienação em condições vantajosas para o clube e substituição permanente de valores de modo a garantir a sustentabilidade a longo prazo do modelo de gestão desportiva e financeira que o clube tem vindo a desenvolver.



À semelhança da época anterior também em 24/25 optou-se pela substituição da equipa técnica o que influenciou os custos inseridos nesta categoria.

Os gastos de depreciação depois de um crescimento acentuado em 23/24 manteve-se sensivelmente ao mesmo nível em 24/25 o que ressalva os princípios de equilíbrio na evolução do plantel.

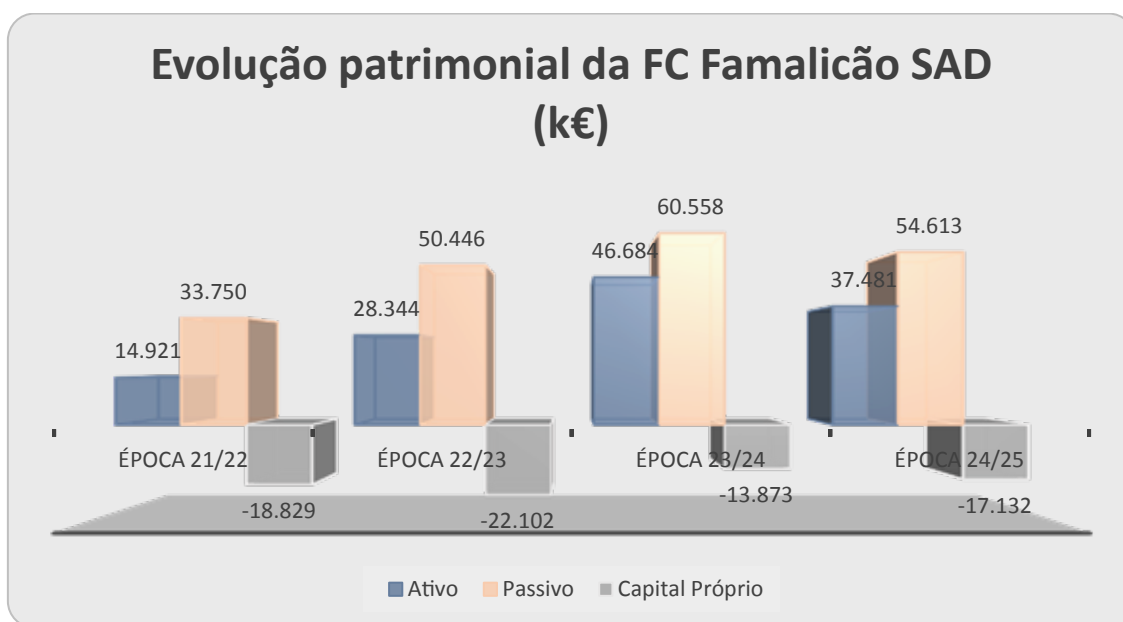
No que respeita aos gastos de financiamento os mesmos são representados na quase totalidade pelo montante de 3,2 milhões de euros relativos a juros com o empréstimo do principal acionista, Quantum Pacific Management Limited. Recorreu-se ocasionalmente à antecipação de recebimentos decorrentes da alienação de passes de jogadores no sentido de suprir algumas necessidades de tesourarias de curto prazo e reduzida expressão.

Apesar do crescimento estratégico de algumas rubricas de gastos, o gráfico apresentado evidencia a aposta da FC Famalicão SAD na promoção de jovens talentos, privilegiando-os em detrimento da contratação de jogadores já estabelecidos com salários elevados, mas com limitado potencial de valorização. O rigor estratégico na gestão da SAD permitiu moderar o crescimento da estrutura de gastos, não comprometendo as ambições desportivas na mente da Administração da SAD e dos adeptos do FC Famalicão.

Estrutura do Balanço

A análise ao balanço evidencia uma contração no ativo, que registou uma diminuição de aproximadamente 9 milhões de euros. Esta evolução negativa deve-se, em larga medida, à redução verificada na rubrica de clientes, a qual decresceu em cerca de 12 milhões de euros face ao encerramento do exercício transato. Tal comportamento reflete a concretização de liquidações anteriormente em aberto, traduzindo-se numa menor exposição creditícia da Sociedade.

Do lado do passivo, observa-se uma trajetória de maior estabilidade, ainda que com uma ligeira redução de 6 milhões de euros. Esta variação decorre sobretudo da diminuição dos financiamentos obtidos, resultado da celebração de contratos de financiamento *sem recurso*. Através destes instrumentos, o risco de cobrança foi integralmente transferido para instituições financeiras, reduzindo-se assim o nível de financiamento de curto prazo em comparação com o exercício anterior. Esta opção estratégica, além de aliviar a pressão sobre a tesouraria, encontra-se também correlacionada com a referida redução na rubrica de clientes, dado o mecanismo de antecipação de recebimentos associado.



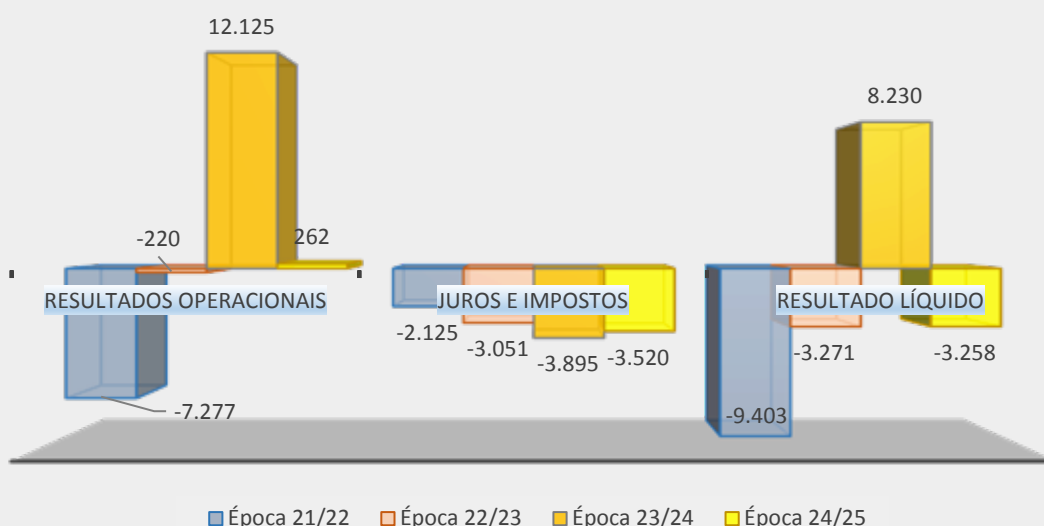
Em suma, a trajetória do exercício revela um ajustamento prudencial, marcado pela desalavancagem do passivo e pela menor dependência de financiamento de curto prazo.

Resultados

No exercício em apreço, a FC Famalicão, SAD registou um resultado líquido negativo na ordem dos 3 milhões de euros. Tal desempenho decorre, essencialmente, da redução substancial nos montantes provenientes da alienação de direitos económicos de jogadores, fator que historicamente tem constituído uma das principais fontes de receita extraordinária da Sociedade.

Importa, contudo, sublinhar que o resultado operacional, apurado antes de gastos de financiamento e impostos, se revelou ligeiramente positivo, atingindo cerca de 300 mil euros. Este indicador confirma a solidez da atividade corrente e evidencia a resiliência da estrutura operacional, mesmo num contexto de menor dinamismo no mercado de transferências.

Evolução dos resultados da FC Famalicão SAD (k€)



A Administração da SAD assume esta circunstância como resultado de uma decisão estratégica consciente, orientada para a preservação da estabilidade qualitativa do plantel. O objetivo prioritário passa por consolidar e valorizar os ativos desportivos ao longo do tempo, criando as condições necessárias para potenciar futuras mais-valias, em paralelo com a prossecução das metas desportivas estabelecidas, designadamente a ambição de garantir a participação em competições europeias sob a égide da UEFA.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício em análise e previamente à publicação do presente relatório financeiro, registaram-se factos relevantes na atividade da FC Famalicão, SAD, que importa destacar.

Foi concretizada a alienação dos direitos de inscrição desportiva do atleta **Mirko Topic** ao **Norwich City**, de Inglaterra, operação que representou uma receita de **3,32 milhões de euros** para a Sociedade.

Adicionalmente, a FC Famalicão, SAD beneficiou da transferência do jogador **Otávio Ataíde**, efetuada pelo **FC Porto** para o **Paris FC**, de França, dado que detinha ainda **20%**

dos direitos económicos do atleta. Esta participação originou um encaixe adicional de **2,89 milhões de euros**.

No mesmo período, a Sociedade celebrou contratos de trabalho com diversos atletas, reforçando de forma significativa a sua estrutura desportiva:

- Gustavo Garcia (até 06/2029)
- Pedro Santos (até 06/2030)
- Umar Aboubakar (até 06/2030)
- Renan Santana (até 06/2029)
- Roméo Beney (até 06/2030)
- Rafael Venâncio (até 06/2029)
- Marcos Peña (até 06/2029)
- Lamine Beye (até 06/2030)
- Antoine Joujou (até 06/2026)
- Gonzalo Pastor (até 06/2029)

Estas operações reforçam a estratégia de valorização e gestão ativa dos ativos desportivos da SAD, assegurando simultaneamente a estabilidade e a competitividade do plantel para os desafios futuros.

Evolução Previsível da Sociedade

Perspetiva Estratégica 2024/2025

Os indicadores apresentados refletem o compromisso inabalável da FC Famalicão, SAD com a prossecução de um processo de reestruturação integral, abrangendo não apenas a vertente dos recursos humanos, mas igualmente a dimensão dos recursos materiais. Ambos assumem carácter determinante para assegurar uma participação sustentável e regular na principal liga portuguesa, ao mesmo tempo que potenciam a valorização contínua dos ativos desportivos da Sociedade.

No plano patrimonial, os capitais próprios da SAD mantêm-se em terreno negativo, enquadrando-se no regime previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Todavia, a Administração preserva uma convicção fundamentada na recuperação gradual desta rubrica, assente na expectativa de resultados líquidos positivos e na reversão estrutural dos capitais próprios num horizonte temporal próximo.

A estratégia da SAD continua a privilegiar a valorização de jovens talentos, consolidando uma identidade distintiva no ecossistema do futebol português e projetando simultaneamente a marca Famalicão no contexto internacional. Esta orientação encontra sustentação em três eixos estratégicos:

Valorização da Academia

A formação tem vindo a afirmar-se como pilar fundamental da estratégia da Sociedade. A convocação regular de atletas provenientes da academia para seleções nacionais jovens constitui a mais clara evidência da qualidade do trabalho estruturado e consistente desenvolvido neste setor.

Requalificação e Expansão do Centro de Treinos

Durante o exercício transato, o centro de treinos beneficiou de um conjunto de intervenções, com realce para a modernização do refeitório, do ginásio e das áreas de recuperação e descanso. Estas melhorias visam continuar a assegurar condições de excelência para a maximização do rendimento desportivo e para a consolidação de uma infraestrutura plenamente alinhada com as exigências competitivas atuais. Salientamos ainda a construção de um novo edifício para acomodar o recentemente reforçado setor empresarial da SAD, nomeadamente os departamentos financeiro, jurídico, comunicação, marketing e scouting.

O foco estratégico desloca-se agora para o alargamento da Academia, projeto em fase de articulação conjunta com o proprietário e com a autarquia local, o qual permitirá ampliar a capacidade formativa e reforçar a sustentabilidade futura da SAD.

Apoio do Acionista de Referência

O suporte contínuo da Quantum Pacific Management Limited, acionista maioritário e principal financiador da Sociedade, tem-se revelado crucial para a concretização dos objetivos estratégicos. A sua intervenção não só assegura a estabilidade financeira, como também viabiliza o crescimento sustentado, tanto ao nível desportivo como institucional.

As iniciativas acima descritas, conjugadas com uma gestão estratégica prudente, sólida e orientada para o longo prazo, suportam uma perspetiva francamente otimista para o futuro. O FC Famalicão reafirma, assim, a sua ambição de se consolidar como uma referência no panorama do futebol português e de se afirmar como um interveniente relevante em competições internacionais.

Dívidas ao estado e outros entes públicos

No cumprimento do estabelecido na Lei informa-se que não existem quaisquer dívidas em mora ao estado, à segurança social ou a qualquer outra entidade pública.

Aplicação de resultados

O resultado líquido negativo da época 2024/2025 é de €3.257.811,34 (três milhões duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e onze euros e trinta e quatro cêntimos) sendo proposta a sua aplicação em resultados transitados.

Outras Informações

Para efeitos do n.º 3 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não existem divulgações adicionais, para além das divulgadas no Anexo, no que respeita a questões relativas a trabalhadores.

No que se refere a matérias ambientais, não ocorreram quaisquer factos relevantes para o desempenho da posição financeira da Sociedade.

Após o termo do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos no disposto da alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás, a Sociedade não é detentora de ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

A Sociedade não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

A Sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas

operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Sociedade.

Relativamente ao disposto no artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente o seu nº 5, os órgãos de administração e fiscalização não são detentores de capital da sociedade.

Investimento

Durante este exercício o investimento realizado em ativo intangível foi de 4.295.476,43 na aquisição de direitos económicos de jogadores, dos quais destacamos Pedro Bondo, Lazar Carevic, Simon Elisor, Ibrahima Ba, Mathias de Amorim, Otar Mamageishvili, Rodrigo Pinheiro, Zabiri e Tommie Van de Looi.

Em ativo tangível verificou-se um investimento de 375.661,64, valor quase na sua totalidade referente às obras com a expansão e requalificação do Centro de Treinos.

Membros dos órgãos de administração e fiscalização:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel Robalo Espinho Pimenta Ribeiro – Presidente _____

Amit Singh – Administrador Executivo _____

Liliana Alice da Costa Pereira – Administradora Não Executiva _____

Luís Miguel Rebelo Ribeiro – Administrador Não Executivo _____

Ana Elisabete Fernandes da Silva Ferreira – Administradora Não Executiva _____

FISCAL ÚNICO

“Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.”, SROC nº 245, representada pelo sócio Cláudia Rosa da Costa Oliveira, R.O.C. nº 1185.

Vila Nova de Famalicão, 23 de setembro de 2025



**Futebol Clube
Famalicão**

FUTEBOL SAD



FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

ÉPOCA 2024/2025

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 30 de junho de 2025

• Balanço Individual em 30 de junho de 2025.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 30 de junho de 2025.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 30 de junho de 2025.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 30 de junho de 2025.....	7
• Anexo	
1. Identificação da entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas	9
4. Fluxos de caixa	14
5. Ativos fixos tangíveis	14
6. Ativos intangíveis	15
7. Inventários	15
8. Clientes	16
9. Estado e outros entes públicos	16
10. Outros créditos a receber.....	17
11. Diferimentos	17
12. Capital subscrito	17
13. Resultados transitados.....	17
14. Outras variações no capital próprio.....	18
15. Financiamentos obtidos	18
16. Outras dívidas a pagar.....	18
17. Fornecedores.....	19
18. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	19
19. Vendas e serviços prestados.....	19
20. Subsídios à exploração.....	20
21. Custo das mercadorias vendidas	20
22. Fornecimentos e serviços externos.....	20
23. Gastos com o pessoal.....	21
24. Outros rendimentos.....	21
25. Outros gastos.....	21
26. Imposto sobre o rendimento.....	22
27. Acontecimentos após a data do balanço.....	22
28. Partes relacionadas.....	23
29. Divulgações exigidas por diplomas legais	23
30. Outras divulgações relevantes.....	23
31. Proposta da aplicação do resultado	23
32. Passivos contingentes.....	23
33. Ativos contingentes.....	24



FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Exercício findo em 30 de Junho de 2025

FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

Balanço Individual em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	30-Jun-25	30-Jun-24
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.; 5.	3 550 802,11	3 476 811,84
Ativos intangíveis	3.3.; 6.	5 473 436,90	6 096 770,72
Part. financeiras - mét. equiv patrimonial	3.12; 18.	16 707,18	11 699,40
Outros investimentos financeiros	3.12	15 875,85	15 875,85
Ativos por impostos diferidos	3.4	0,00	0,00
Total dos Ativos Não Correntes		9 056 822,04	9 601 157,81
Ativo Corrente			
Inventários	3.5.; 7.	107 671,49	71 077,37
Clientes	3.6.; 8.	23 256 362,64	35 404 244,38
Estado e outros entes públicos	9	122 271,63	0,00
Outros créditos a receber	3.6.; 10.	1 022 047,01	784 803,08
Diferimentos	3.11; 11.	2 413 465,09	0,00
Caixa e depósitos bancários	3.7.; 4.	1 502 019,54	822 787,20
Total dos Ativos Correntes		28 423 837,40	37 082 912,03
		37 480 659,44	46 684 069,84
Capital Próprio			
Capital subscrito	12.	1 000 000,00	1 000 000,00
Resultados transitados	13.	-14 889 228,55	-23 118 743,55
Ajustamentos/Outras variações no capital	14.	14 549,80	15 753,92
Resultado líquido do exercício		-3 257 811,34	8 229 515,00
Total do Capital Próprio		-17 132 490,09	-13 873 474,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.13.	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.9.; 3.10.; 15.	24 580 000,00	25 580 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		24 580 000,00	25 580 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8.; 17.	12 945 702,77	13 133 725,88
Estado e outros entes públicos	9.	440 229,88	721 887,08
Financiamentos obtidos	3.9.; 3.10.; 15.	0,00	7 528 866,09
Diferimentos	3.11; 11.	0,00	0,00
Outras Dividas a pagar	3.8.; 16.	16 647 216,88	13 593 065,42
Total dos Passivos Correntes		30 033 149,53	34 977 544,47
Total do Passivo		54 613 149,53	60 557 544,47
		37 480 659,44	46 684 069,84

FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	30-Jun-25	30-Jun-24
Vendas e serviços prestados	3.11.; 19.	6 578 691,63	5 702 336,14
Subsídios à exploração	3.14.; 20.	605 789,34	338 566,46
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empre	3.12; 18.	5 007,78	3 168,43
Custo das mercadorias vendidas	21.	-80 563,00	-159 153,13
Fornecimentos e serviços externos	22.	-4 330 034,53	-3 660 672,63
Gastos com o pessoal	23.	-15 475 096,67	-14 284 862,36
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.6.; 8.	-56 477,50	35 100,00
Provisões (aumentos/reduções)	3.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	24.	16 442 860,42	27 320 520,99
Outros gastos	25.	-1 100 348,90	-738 679,39
Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos		2 589 828,57	14 556 324,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.2.; 3.3.; 5.; 6.	-2 327 416,04	-2 431 805,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		262 412,53	12 124 519,50
Juros e gastos similares suportados	16.	-3 494 664,04	-3 666 908,81
Resultado antes de impostos		-3 232 251,51	8 457 610,69
Imposto sobre o rendimento do período	3.4.; 26.	-25 559,83	-228 095,69
Resultado líquido do período		-3 257 811,34	8 229 515,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

FUTEBOL CLUBE DE FAMILICÃO - FUTEBOL S.A.D.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	30-jun-25	30-jun-24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		7 334 461,98	6 643 702,61
Pagamentos a fornecedores		-4 797 233,46	-4 171 680,49
Pagamentos ao pessoal		-14 878 081,58	-14 247 894,06
Caixa gerada pelas operações		-12 340 853,06	-11 775 871,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-413 381,63	-31 728,42
Outros recebimentos/pagamentos		-821 450,32	-9 557 345,16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-13 575 685,01	-21 364 945,52
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.2.; 5.	-290 329,70	-1 699 273,58
Ativos intangíveis	3.3.; 6.	-15 350 807,28	-4 592 409,17
Investimentos financeiros			0,00
Outros ativos		0,00	0,00
		-15 641 136,98	-6 291 682,74
Recebimentos provenientes de:			
Ativos intangíveis		30 430 648,95	24 727 859,04
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
		30 430 648,95	24 727 859,04
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		14 789 511,97	18 436 176,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.9.; 15.	0,00	2 986 757,03
Realização de capital e de out. instr. capital próprio	12.	0,00	0,00
		0,00	2 986 757,03
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-67 079,98	0,00
Juros e gastos similares		-254 894,06	-394 744,05
		-321 974,04	-394 744,05
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-321 974,04	2 592 012,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		891 852,92	-336 756,24
Efeito das diferenças de câmbio		(212 621)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		822 787,20	1 159 543,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.7.; 4.	1 502 019,54	822 787,20

FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2024-2025	6	1 000 000,00	-23 118 743,55	15 753,92	8 229 515,00	-13 873 474,63
Alterações no período						
Outras alter. reconhecidas no capital próprio		0,00	8 229 515,00	-1 204,12	-8 229 515,00	-1 204,12
	7	0,00	8 229 515,00	-1 204,12	-8 229 515,00	-1 204,12
Resultado Líquido do Período	8				-3 257 811,34	-3 257 811,34
Resultado Integral	9 = 7 + 8				-11 487 326,34	-11 487 326,34
Operações com detentores de capital próprio	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2024-2025	6 + 7 + 8 + 10	1 000 000,00	-14 889 228,55	14 549,80	-3 257 811,34	-17 132 490,09

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2023-2024	1	1 000 000,00	-19 847 521,53	16 958,04	-3 271 222,02	-22 101 785,51
Alterações no período						
Outras alter. reconhecidas no capital próprio		0,00	-3 271 222,02	-1 204,12	3 271 222,02	-1 204,12
	2	0,00	-3 271 222,02	-1 204,12	3 271 222,02	-1 204,12
Resultado Líquido do Período	3				8 229 515,00	8 229 515,00
Resultado Integral	4 = 2 + 3				11 500 737,02	11 500 737,02
Operações com detentores de capital próprio	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2023-2024	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1 000 000,00	-23 118 743,55	15 753,92	8 229 515,00	-13 873 474,63

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D.

ANEXO

Exercício findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Sociedade “Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D.” tem a sua sede na Rua Campo de Tiro, nº 100, União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, no Concelho de Vila Nova de Famalicão. A Sociedade tem como atividade principal a participação na modalidade de futebol e participações desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos. Trata-se de uma sociedade anónima desportiva, sujeita ao regime jurídico previsto no Decreto-Lei 10/2013, de 25 de janeiro e matriculada no registo comercial com o número 513 587 640.

A Sociedade “Futebol Clube de Famalicão - Futebol SDUQ, Lda.” foi constituída em 30 de junho de 2015, sendo o “Futebol Clube de Famalicão” o detentor da única quota no de valor €122.500. O capital da Sociedade Desportiva foi realizado em espécie.

Em junho de 2018 foi transformada em sociedade anónima desportiva, com um aumento de capital de €677.500 e com a entrada de novos sócios, passando a designar-se “Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D.”. Em 30 de junho de 2018 a Sociedade era detida em 51% pela “Quantum Pacific Management Limited”.

No dia 6 de junho de 2019, o capital social da sociedade aumentou para €1.000.000, o qual foi integralmente subscrito e realizado à data, passando a “Quantum Pacific Management Limited” a deter 57,8%.

Em 31 de julho de 2019 a “Quantum Pacific Management Limited” adquire ao “Futebol Clube de Famalicão” 27,2%, ficando atualmente detentora de 85% do capital.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras do “Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D.” (doravante designada como “Famalicão SAD”) foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

c) Regime do acréscimo

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da sociedade “Famalicão SAD” são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação. O câmbio do Dólar a 30/06/2025 era: 1USD = 0.85324 EUR

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta com imputação duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 40
Equipamento básico	6 - 16
Equipamento de transporte	8 - 14
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 20

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis pela mesma e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta com imputação duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 6 anos. Os “direitos de inscrição desportiva” são amortizados entre 3 e 5 anos.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Quanto aos prejuízos fiscais não utilizados, nos termos dos parágrafos 32 e 33 da NCRF 25, a entidade deve avaliar a possibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes para a dedução do crédito fiscal não usado, devendo apenas ser reconhecido o ativo por impostos diferidos até ao ponto em que se espere que este venha a ser recuperado.

3.5. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Meios financeiros líquidos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os meios financeiros líquidos estão valorizados ao valor nominal.

3.8. Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos a pagar a fornecedores e as dívidas a pagar, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal.

3.9. Financiamentos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Sociedade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido pelas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos

no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Sociedade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.12. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “Investimentos financeiros”.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo

enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face a circunstâncias em que estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- imparidade das contas a receber: o risco de crédito dos saldos das contas a receber é avaliado a cada data de reporte tendo em conta a informação histórica do devedor e do seu perfil de risco;

- vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: a vida útil é definida de acordo com a melhor estimativa da gestão para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor em que a Sociedade opera. A Administração considera que as taxas fiscais não se distanciam das implícitas no período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da sociedade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2025 e 2024, os saldos das rubricas “Caixa” e “Depósitos à ordem” eram os seguintes:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Caixa	4 625,21	3 724,81
Depósitos à ordem	1 497 394,33	819 062,39
Total	1 502 019,54	822 787,20

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos, obtidos pelos registos contabilísticos da Sociedade.

Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso no curto prazo.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício em análise foi o seguinte:

Descrição	30-Jun-25					
	Saldo em 01-Jul-24	Aquisições	Alienações/ Abates	Transferência	Revalorizações	Saldo em 30-Jun-25
Ativo fixo tangível:						
Edifícios e outras construções	2 442 560,31	254 138,55				2 696 698,86
Equipamento básico	1 052 085,57	34 240,00				1 086 325,57
Equipamento de transporte	357 537,87	0,00				357 537,87
Equipamento administrativo	182 020,18	11 723,71				193 743,89
Outros ativos fixos tangíveis	126 359,23	27 433,34				153 792,57
Investimentos em curso	0,00	48 126,04	0,00	0,00	0,00	48 126,04
Total	4 160 563,16	375 661,64	0,00	0,00	0,00	4 536 224,80
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-150 312,30	-93 492,83				-243 805,13
Equipamento básico	-345 901,23	-156 784,99				-502 686,22
Equipamento de transporte	-125 163,29	-28 608,64				-153 771,93
Equipamento administrativo	-37 454,93	-12 852,60				-50 307,53
Outros ativos fixos tangíveis	-24 919,57	-9 932,31				-34 851,88
Total	-683 751,32	-301 671,37	0,00	0,00	0,00	-985 422,69
Total ativo fixo tangível						3 550 802,11

As aquisições e transferências do quadro acima contemplam a construção de um edifício no Centro de Treinos, para acomodação dos vários departamentos da empresa com um investimento em Edifícios e construções, Equipamento Administrativo e outros, com o objetivo de centralizar todos os departamentos da empresa no mesmo espaço.

6. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

Descrição	30-Jun-25					
	Saldo em 01-Jul-24	Aquisições	Alienações/ Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 30-Jun-25
Ativo intangível						
Software	217,50					217,50
Outros ativos intangíveis	9 087 131,75	4 295 476,43	-4 879 450,05			8 503 158,13
Investimentos em curso	100 000,00	0,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 187 349,25	4 295 476,43	-4 979 450,05	0,00	0,00	8 503 375,63
Amortizações Acumuladas						
Software	-217,50	0,00				-217,50
Outros ativos intangíveis	-3 090 361,03	-2 025 744,67	2 086 384,47			-3 029 721,23
Total	-3 090 578,53	-2 025 744,67	2 086 384,47	0,00	0,00	-3 029 938,73
Total ativo intangível						5 473 436,90

O aumento e redução da rubrica “outros ativos intangíveis” reflete a aquisição e venda/cedência definitiva, respetivamente, de direitos desportivos e económicos de jogadores.

7. Inventários

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Mercadorias	107 671,49	71 077,37
Sub-total	107 671,49	71 077,37
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
Total	107 671,49	71 077,37

Os inventários são essencialmente constituídos por artigos desportivos, brindes e outros produtos de *merchandising* da marca “Futebol Clube de Famalicão”.

8. Clientes

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-25		30-Jun-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	23 256 362,64	0,00	35 404 244,38
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	220 531,35	0,00	164 053,85
	0,00	23 476 893,99	0,00	35 568 298,23
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-220 531,35	0,00	-164 053,85
Total clientes "Ativo"	0,00	23 256 362,64	0,00	35 404 244,38

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidade	30-Jun-25	30-Jun-24
Saldo inicial	164 053,85	164 053,85
Aumento	56 477,50	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	220 531,35	164 053,85

As imparidades de clientes são calculadas com base em evidências objetivas, nomeadamente, dificuldades financeiras dos respetivos devedores, incumprimento no pagamento e probabilidade de insolvência dos devedores.

9. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Ativo		
Imp. rend. pessoas coletivas (IRC)	114 171,37	0,00
Imp. valor acrescentado (IVA)	8 100,26	0,00
Total ativo corrente	122 271,63	0,00
Passivo		
Imp. rend. pessoas coletivas (IRC)		220 316,04
Imp. valor acrescentado (IVA)	64 159,52	81 414,02
Imp. rend. pessoas singulares (IRS)	262 511,73	299 733,83
Segurança Social	113 558,63	120 423,19
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
Total passivo corrente	440 229,88	721 887,08

Os saldos do passivo corrente do quadro acima foram pagos dentro dos prazos legais.

10. Outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2025 e 2024, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-25		30-Jun-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimos rendimentos	0,00	433 772,74	0,00	139 272,07
Pessoal (SD)	0,00	356 884,00	0,00	520 028,00
Fornecedores (SD)	0,00	152 327,29	0,00	49 263,09
Outros devedores	0,00	79 062,98	0,00	76 239,92
Sub-total	0,00	1 022 047,01	0,00	784 803,08
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1 022 047,01	0,00	784 803,08

11. Diferimentos

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Diferimentos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	12 121,38	0,00
Outros	2 401 343,71	0,00
	2 413 465,09	0,00
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	0,00	0,00

12. Capital subscrito

A Sociedade Desportiva foi constituída em 30 de junho de 2015, sendo o “Futebol Clube de Famalicão” o detentor da única quota no de valor €122.500. O capital da Sociedade foi realizado em espécie.

Em junho de 2018 foi transformada em sociedade anónima desportiva, com um aumento de capital de €677.500 e com a entrada de novos sócios, passando a designar-se “Futebol Clube de Famalicão - Futebol S.A.D.”. O aumento de capital foi realizado em dinheiro (€600.600) e pela conversão de prestações suplementares (€76.900).

Em junho de 2019 foi realizado um aumento de capital de €200.000, este valor foi totalmente subscrito na data. O aumento de capital foi realizado em dinheiro (€30.000) e pela conversão de suprimentos (€170.000). O capital ascende atualmente a €1.000.000.

13. Resultados transitados

O resultado líquido positivo do exercício de 2023/2024, no valor de €8.229.515,00, foi transferido para “Resultados transitados” por deliberação da assembleia geral de 27 de setembro de 2024.

14. Outras variações no capital próprio

Em agosto de 2017, a “Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão” atribuiu um subsídio no âmbito do apoio financeiro para melhoramento do estádio municipal, concretizado pela “Famalicão SAD” na aquisição das cadeiras para as bancadas. O subsídio foi relevado na rubrica “Outras variações no capital próprio” (€24.082), sendo reconhecido na rubrica “Outros rendimentos” na proporção das depreciações do ativo (cadeiras). No exercício 2024/25, o rendimento imputado ascendeu a €1.204.

15. Financiamentos obtidos

Em 30 de junho de 2025 e 2024 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	30-Jun-25		30-Jun-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	0,00	0,00	1 000 000,00	7 475 000,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	53 866,09
Suprimentos	24 580 000,00	0,00	24 580 000,00	0,00
Total	24 580 000,00	0,00	25 580 000,00	7 528 866,09

Os suprimentos constituem entregas do acionista “Quantum Pacific Management Limited”.

Os empréstimos bancários em 30 de junho de 2024 referem-se ao desconto de faturas relacionadas com a alienação de direitos desportivos e económicos de jogadores. As faturas descontadas no exercício 2024-2025 foram deduzidas ao saldo a receber da rubrica “clientes” uma vez que os contratos de empréstimo correspondem a dívidas bancárias sem recurso.

16. Outras dívidas a pagar

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Outras dívidas a pagar” (não corrente e corrente) tinha a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-25		30-Jun-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal (SC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	16 647 216,88	0,00	13 593 065,42
Total	0,00	16 647 216,88	0,00	13 593 065,42

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” em 30 de junho de 2025 respeita, essencialmente, aos juros dos suprimentos e a comissões relativas à alienação de ativos intangíveis. O valor de juros estimado neste exercício foi de (€3.239.780).

17. Fornecedores

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Fornecedores conta corrente	12 945 702,77	13 133 725,88
Total	12 945 702,77	13 133 725,88

Os valores apresentados no quadro acima decorrem da atividade operacional da Sociedade e constituem-se, essencialmente, pelos montantes a pagar no âmbito do fornecimento de bens e serviços, necessários ao normal funcionamento da Sociedade, bem como na aquisição de direitos desportivos e económicos de jogadores.

18. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

A Famalicão SAD fez uma parceria com a Sabseg e criaram a “FC FAMALICÃO POWERED BY SABSEG” em julho de 2019. A Famalicão SAD realizou o capital social no montante de €2.000 em julho de 2020. A participação está valorizada pelo método da equivalência patrimonial.

19. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados no período em análise foram como segue:

Descrição	30-Jun-25			30-Jun-24		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	173 223,74	0,00	173 223,74	161 051,40	0,00	161 051,40
Prestações de serviços	6 111 890,77	293 577,12	6 405 467,89	5 363 970,06	177 314,68	5 541 284,74
Ingressos	265 015,86	0,00	265 015,86	266 285,50	0,00	266 285,50
Competições	788,92	0,00	788,92	69 608,59	0,00	69 608,59
Publicidade	612 613,91	0,00	612 613,91	478 636,86	0,00	478 636,86
Patrocínios	210 000,00	0,00	210 000,00	225 000,00	120 378,85	345 378,85
Direitos Clube	4 000 000,00	0,00	4 000 000,00	3 600 000,00	0,00	3 600 000,00
Apostas desportivas	391 934,01	0,00	391 934,01	366 873,39	0,00	366 873,39
Outras receitas desportivas	631 538,07	293 577,12	925 115,19	357 565,72	56 935,83	414 501,55
Descontos e Abatimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 285 114,51	293 577,12	6 578 691,63	5 525 021,46	177 314,68	5 702 336,14

Os valores indicados na rubrica “Direitos Clube” compreendem as contrapartidas financeiras pela cedência à sociedade “Sport TV Portugal, S.A.” dos direitos de comunicação audiovisual respeitantes aos jogos.

20. Subsídios à exploração

O saldo de 30 de junho de 2025 refere-se a subsídios atribuídos pela "Federação Portuguesa de Futebol" (€595.653), e pelo "IEFP" (€10.136).

21. Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024, é detalhado como segue:

Descrição	30-Jun-25			30-Jun-24		
	MP	Mercadorias	Total	MP	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de junho	0,00	71 077,37	71 077,37	0,00	109 937,44	109 937,44
Regularizações	0,00	1 609,25	1 609,25	0,00	14 017,76	14 017,76
Compras	0,00	115 547,87	115 547,87	0,00	106 275,30	106 275,30
Custo de vendas	0,00	80 563,00	80 563,00	0,00	159 153,13	159 153,13
Saldo final em 30 de junho	0,00	107 671,49	107 671,49	0,00	71 077,37	71 077,37

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo em 30 de junho de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	1 763 474,88	1 417 259,43
Materiais	928 682,89	820 418,53
Energia e fluídos	181 821,81	155 366,11
Deslocações, estadas e transportes	573 485,45	518 764,30
Serviços diversos	882 569,50	748 864,26
<i>Rendas e alugueres</i>	709 611,03	565 340,15
<i>Limpeza, Higiene e conforto</i>	41 025,39	36 903,03
<i>Outros</i>	131 933,08	146 621,08
Total	4 330 034,53	3 660 672,63

A rubrica "Serviços especializados" inclui, essencialmente, os gastos incorridos com a organização de jogos realizados pela Sociedade, gastos com publicidade, honorários (nomeadamente equipa técnica e médica da formação, equipa médica da equipa A, E-Sports e serviços jurídicos), custos com a inscrição dos jogadores e gastos de *scouting*.

A rubrica "Materiais" inclui a aquisição de material de treino, medicamentos, alimentação/suplementação e equipamentos para os jogadores.

Na rubrica "Deslocações, estadas e transportes" são incluídos todos os encargos suportados com as deslocações da equipa desportiva da Sociedade.

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal no período findo em 30 de junho de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Remunerações do pessoal	10 888 767,99	10 827 540,36
Benefícios pós-emprego	500 000,00	0,00
Indemnizações	1 267 061,72	469 852,75
Encargos sobre remunerações	1 006 529,59	956 983,98
Seguros	1 136 460,97	1 339 192,86
Gastos de ação social	50 587,23	29 810,55
Outros gastos com pessoal	625 689,17	661 481,86
Total	15 475 096,67	14 284 862,36

Os “gastos de ação social” incluem as despesas hospitalares e exames médicos suportados com os atletas.

A rubrica “Outros gastos com pessoal” reflete, nomeadamente, os valores pagos pela cedência temporária de jogadores pelo clube brasileiro “Red Bull Bragantino”.

No final do exercício em análise havia 139 funcionários na Sociedade: 39 administrativos, 39 técnicos e 61 profissionais do futebol.

24. Outros rendimentos

O saldo de 30 de junho de 2025 reflete, essencialmente, a mais-valia na alienação dos direitos desportivos e económicos de jogadores no montante de (15.147.416)

Em agosto de 2017, a “Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão” atribuiu um subsídio no âmbito do apoio financeiro para melhoramento do estádio municipal, concretizado pela “Famalicão SAD” na aquisição das cadeiras para as bancadas. Em 30 de junho de 2025, este subsídio foi reconhecido na rubrica “Outros rendimentos” na proporção das depreciações do ativo (cadeiras), no valor de €1.204.

25. Outros gastos

Os outros gastos, no exercício findo em 30 de junho de 2025 e 2024, foram como segue:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Impostos	12 952,17	5 831,50
Descontos de pronto pagamento concedidos	175,61	21,23
Gastos e perdas em inv. não financeiros	233 730,02	619 381,99
Outros gastos e perdas	853 491,10	113 444,67
Total	1 100 348,90	738 679,39

A rubrica “Outros gastos” refere-se, essencialmente, a diferenças de câmbio, aos valores das multas e quotizações pagas à “Liga Portugal” e à anulação do valor de aquisição de jogadores (ativo intangível) que rescindiram contrato.

26. Imposto sobre o rendimento

O resultado do exercício é apresentado no quadro que se segue:

Descrição	30-Jun-25	30-Jun-24
Resultado contabilístico antes imposto	-3 232 251,51	8 457 610,69
Imposto corrente	-25 559,83	-224 987,69
Imposto diferido	0,00	-3 108,00
Total do imposto exercício	-25 559,83	-228 095,69

Descrição	2025	2024
Resultado contabilístico antes imposto	-3 232 251,51	8 457 610,69
Lucro tributável / prejuízo fiscal	-4 047 734,92	3 307 577,16
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Taxa Derrama	1,20%	1,20%
Imposto corrente	-25 559,83	-224 987,69
Colecta		-171 647,80
Derrama		-39 690,93
Tributação autónoma	-25 559,83	-13 648,96

Prejuízos fiscais

A lei do orçamento do estado para 2023, com entrada em vigor a 1 de janeiro, eliminou a limitação temporal de dedução de prejuízos fiscais. Uma vez que esta alteração se aplica aos prejuízos fiscais de exercícios anteriores cujo período de dedução esteja em curso, tal facto pode dar origem ao registo de um ativo por imposto diferido, se for expectável a obtenção de lucro tributável em períodos futuros.

Embora o resultado líquido do exercício de 2023-2024 tenha sido positivo, a Administração, por prudência, optou por não reconhecer o ativo por imposto diferido.

Os prejuízos fiscais por deduzir em 30 de junho de 2025 ascendem a € 21.439.317,51.

27. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 23/09/2025.

Até á presente data, já no decorrer da época 2025/26, foram realizadas vendas de direitos económicos de 3 jogadores, Mirko Topic, Otávio Silva e Pablo Jesus.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2025.

28. Partes relacionadas

Os saldos entre a “Famalicão SAD” e os seus acionistas em 30 de junho são apresentados no quadro que segue:

Saldos	30-Jun-25	30-Jun-24
Empréstimos obtidos pela SAD		
Futebol Clube de Famalicão	0,00	0,00
Quantum Pacific Management Limited	24 580 000,00	24 580 000,00

29. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, que a Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo (Lei 110/2009, de 16 de setembro), a Administração informa que a situação da Sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

30. Outras divulgações relevantes

No exercício que termina o montante total pago a agentes desportivos é apresentado no quadro que se segue:

Honorários de Agentes	30-Jun-25
Montante total pago no período	3 675 866,55

31. Proposta da aplicação do resultado

O resultado líquido negativo da época 2024/2025 ascende a €3 257 811,34, sendo proposta a sua aplicação em resultados transitados.

32. Passivos contingentes

Foi movido pela “Autoridade da Concorrência” um processo administrativo contra a SAD (em conjunto com diversos outros clubes e a Liga) por alegada violação da “lei da concorrência”. A FC Famalicão SAD apresentou recurso judicial de impugnação da referida decisão para o competente Tribunal da

Concorrência, Regulação e Supervisão ("TCRS"). O julgamento deste processo iniciou em Dezembro de 2022, tendo a fase da audiência de julgamento encerrado em junho de 2023. Em fevereiro de 2025 teve lugar uma audiência de alegações orais no TJUE, as conclusões do Advogado-Geral que antecedem o acórdão do TJUE, foram apresentadas no passado dia 15 de maio de 2025. Desta forma, estima-se que o TJUE só venha a produzir o seu acórdão no quarto trimestre de 2025 ou mesmo já só no decurso do primeiro trimestre de 2026, ao que se seguirá então a sentença respetiva do TCRS.

Em julho de 2025 foi intentada ação emergente de acidente de trabalho pelo ex-jogador Alexandre Xavier Pereira Garcia Guedes contra a seguradora Caravela e a Famalicão SAD, peticionando uma pensão anual e vitalícia. No dia 06 de agosto de 2025 foi apresentada contestação pela FAMALICÃO SAD, na presente data aguarda-se marcação da audiência de discussão e julgamento.

É convicção da administração que do desfecho destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025, atendendo aos pareceres dos consultores jurídicos do FC Famalicão SAD.

33. Ativos contingentes

A Famalicão SAD ainda detém uma percentagem de venda futura de 6 jogadores a atuar em importantes clubes com possibilidade de venda na época 2026/25.

Vila Nova de Famalicão, 23/09/2025

A Administração

O Contabilista Certificado



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho 2025 (que evidencia um total de 37 480 659 euros e um capital próprio negativo de 17 132 490 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 257 811 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 30 de junho de 2025, o capital próprio da Sociedade é negativo no valor de 17 132 490 euros e o passivo corrente é superior ao ativo corrente em 1 609 312 euros, sendo aplicáveis as disposições do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Tais situações apontam para a existência de uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de garantir a continuidade das operações. Conforme descrito no relatório de gestão, a Entidade tem a convicção de que a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade se mantém apropriada dada a manutenção do apoio financeiro do principal acionista, o resultado líquido positivo alcançado



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

na época anterior e a venda de direitos desportivos e económicos de jogadores prevista para a época desportiva 2025-2026. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa, razoavelmente, esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

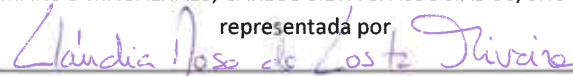
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 25 de setembro de 2025

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por



(Cláudia Rosa da Costa Oliveira, R.O.C. n.º 1185
registada na CMVM com o n.º 20160796)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração do **FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO - FUTEBOL S.A.D.** referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

No decorrer do exercício, acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento do exercício, apreciamos o Relatório de Gestão bem como as Demonstrações Financeiras da Empresa e procedemos, nesta data, à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, que consideramos reproduzida neste documento.

Nestes termos, somos de parecer que poderão ser aprovados:

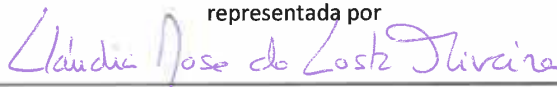
- 1) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, apresentados pela Administração;
- 2) A proposta da Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Vila Nova de Gaia, 25 de setembro de 2025

O Fiscal Único

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por



(Cláudia Rosa da Costa Oliveira, R.O.C. n.º 1185
registada na CMVM com o n.º 20160796)



Futebol Clube Famalicão

FUTEBOL SAD

2024-2025

RELATÓRIO & CONTAS